



RELATÓRIO ANUAL 2017



## Sumário

A FPPS em 2017	01
Governança	03
Plano Promon MultiFlex	06
Rentabilidade	06
Política de investimentos	09
Plano anual de custeio para 2018	11
Retirada parcial de patrocínio	11
Plano Promon BásicoPlus	14
Rentabilidade	14
Política de investimentos	17
Plano anual de custeio para 2018	19
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	22
Política de investimentos	22
Atualizações da legislação	25
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	26

## ▶ A FPPS em 2017

Pioneira entre as entidades de previdência complementar patrocinadas por empresas do setor privado, a Fundação Promon de Previdência Social (FPPS) completou seu 42º ano de existência esbanjando vitalidade e ótimos resultados, atestando a eficiência da gestão das aplicações financeiras para navegar com sucesso em mais um ano de turbulências no ambiente político-econômico. Os dois planos previdenciários administrados pela FPPS apresentaram rentabilidades muito relevantes, acima de suas metas. A FPPS registrou ativos totais desses planos de mais de R\$ 1,5 bilhão ao fim de 2017. Ao longo do ano, cumprindo seu maior objetivo, a entidade pagou R\$ 112,4 milhões em benefícios previdenciários aos seus 756 participantes assistidos e recebeu contribuições no valor de R\$ 12,2 milhões para seus 1.588 participantes ativos e autopatrocinados.

A Fundação finalizou 2017 com 2.432 participantes, uma redução de pouco mais de 5% frente ao ano anterior, resultado de um movimento de redução de equipe promovido pelas patrocinadoras durante o exercício, de modo a adequá-las ao ambiente mais complexo vivido pelo país. São 538 participantes no plano Promon BásicoPlus e 1.894 no plano Promon MultiFlex.

Foi um ano de extremos. A inflação oficial medida pelo IPCA, que havia batido em 10,7% ao fim de 2015, fechou 2016 em 6,3% e sofreu mais uma queda vertiginosa, chegando ao fim de 2017 em 2,9%. É o menor valor desde 1998, abaixo do limite mínimo de sua meta pela primeira vez na história. A taxa Selic, face a esse surpreendente resultado, pôde ser reduzida de 13,75% para 7,0% durante o ano. O Produto Interno Bruto (PIB), após amargar dois anos de retração, retomou sua trajetória positiva em 2017, ainda que para modesto 1,0%. O resultado comercial recorde, a

baixa pressão sobre a balança de pagamentos – com um volume de investimentos estrangeiros diretos no Brasil muito significativo –, uma safra agrícola positiva e desdobramentos favoráveis da economia global colaboraram para esse resultado.

O caminho, no entanto, não foi desprovido de turbulências políticas e econômicas, e desafios importantes se colocam para o país, como a difícil situação fiscal, ainda a ser enfrentada. Todos esses movimentos, por vezes contraditórios, ainda não foram capazes de promover uma melhoria significativa das condições de emprego e de renda no Brasil, bem como não se materializaram em novos investimentos na economia real, por parte do setor privado.

Esse ambiente complexo proporcionou oportunidades que foram aproveitadas pelo plano Promon MultiFlex. O plano, da modalidade contribuição definida, encerrou o ano com ativos financeiros da ordem de R\$ 682 milhões e apresentou uma rentabilidade de 12,2%, acima do CDI, seu *benchmark*, que ficou em 10,0%, muito acima da inflação oficial. O bom desempenho do plano demonstra o acerto da composição dessa carteira de investimentos.

O plano Promon BásicoPlus, da modalidade benefício definido, está fechado para novas adesões desde 2005. Ele detinha ao fim de 2017 ativos totais de R\$ 849 milhões e apresentou uma rentabilidade de 10,0%, bem acima de sua meta atuarial de 7,4%. Isso possibilitou o registro de um superavit técnico de R\$ 211 milhões, compreendido por uma reserva de contingência de R\$ 120 milhões e uma expressiva reserva especial de R\$ 91 milhões. Como determina a legislação, o excesso do superavit gerado no ano foi transferido para um fundo previdencial de revisão de plano, que já havia recebido os valores excedentes dos exercícios anteriores, os quais

serão destinados em parte aos seus participantes e em parte às patrocinadoras, processo a ser encaminhado em 2018 à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Em suas dimensões não financeiras, o amadurecimento de iniciativas anteriores permitiu o avanço nas ações de comunicação e de relacionamento com os participantes, visando, principalmente, contribuir com seu programa de educação financeira e previdenciária. Lançado no ano anterior apenas para os participantes ativos, no começo de 2017 o *website* do Programa de Educação Previdenciária e Financeira da Fundação passou a abranger todos os seus públicos. O espaço é constantemente alimentado com notícias, artigos, vídeos, dicas e outros conteúdos, compondo um rico acervo de informações à disposição de todos.

Para os participantes ativos, funcionários das empresas do Grupo Promon, foram promovidos encontros com palestrantes externos sobre temas relacionados a planejamento financeiro e gestão de finanças pessoais, bem como iniciado um ciclo de bate-papos segmentados por faixa etária, procurando esclarecer as dúvidas e apresentar detalhes sobre o plano MultiFlex e a própria Fundação. A série de bate-papos seguirá nos primeiros meses de 2018, de maneira a abranger todos os participantes interessados.

A Fundação continuou a monitorar seus

controles internos e seus processos de gestão de riscos. As avaliações realizadas no ano não registraram nenhum risco significativo para a FPPS e seus planos.

A FPPS continua engajada em organizações que contribuem para o desenvolvimento do setor previdenciário complementar, mantendo representantes em fóruns da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e participando, por meio de um de seus executivos, na diretoria da Associação dos Fundos de Pensão e Patrocinadores do Setor Privado (Apep).

Em 2018, o cenário econômico promete ser desafiador, pois é esperada uma redução da rentabilidade real da renda fixa, fruto dos sucessivos movimentos de queda dos juros promovidos pelo Banco Central em 2017. Adicionalmente, o novo ano deve trazer volatilidade nas demais classes de ativos, provocada pelo momento eleitoral, o que inspirará cautela na gestão dos investimentos da entidade.

Com a cuidadosa gestão dos ativos de seus planos e ações que agregam conhecimentos importantes para que o participante faça seu planejamento financeiro e previdenciário, a Fundação Promon de Previdência Social segue fiel ao propósito que inspirou sua criação: ser um parceiro que ajuda os profissionais do Grupo Promon a ter uma aposentadoria mais tranquila.

## PARTICIPANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	MultiFlex	BásicoPlus	Total
Assistidos	243	513	756
Funcionários	1.112	3	1.115
Autopatrocinados	451	22	473
Vinculados	88	0	88
<b>Total</b>	<b>1.894</b>	<b>538</b>	<b>2.432</b>

## Governança

Em termos de governança, cumprindo um processo iniciado há cerca de um ano, por meio do qual se preparou a sucessão de Mário Sérgio de Pina Ribeiro, diretor executivo e Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) da Fundação, o Conselho Deliberativo da FPPS, em reunião realizada em 14 de dezembro de 2017, fazendo uso de suas atribuições, elegeu para a posição André Natali Schonert.

André, que desde setembro de 2016 atuava como gerente de investimentos da Fundação, passa, assim, a ser o principal responsável pela gestão dos investimentos da entidade, designado para completar o mandato da Diretoria Executiva, que se encerra em setembro de 2019. Profissional com mais de dezoito anos dedicados à área financeira das patrocinadoras Promon Engenharia e Promon S. A., e que havia cumprido a função de conselheiro fiscal da FPPS no mandato de 2013 a 2016, André recebeu da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 22 de janeiro de 2018, a habilitação necessária para o exercício de seu novo cargo.

Durante o exercício de seu mandato, iniciado em 2003, Mário Sérgio desempenhou seu papel com competência, credibilidade e dedicação, contribuindo de maneira incontestável para o desempenho relevante auferido pelos planos da FPPS nesse período, além de ter representado a entidade externamente de forma irretocável, como dirigente da Associação dos Fundos de Pensão e Patrocinadores do Setor Privado (Apep), de 2011 a 2018. Mário tornou-se um participante assistido da Fundação, mas continuará a colaborar com a entidade, mantendo sua posição como integrante do Comitê de Investimentos.

Milton Lopes Antelo Filho e Márcia Fernandes Kopelman permanecem em suas posições como diretor-presidente e diretora executiva da Fundação, respectivamente.



As tabelas a seguir apresentam, para os exercícios findos em 2017 e 2016:

- o balanço patrimonial da Fundação;
- a demonstração da mutação do patrimônio social da Fundação;
- a demonstração da mutação do ativo líquido dos planos Promon MultiFlex e Promon BásicoPlus.



## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em milhares de R\$

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
<b>Disponível</b>	<b>1.032</b>	<b>1.119</b>	<b>Exigível operacional</b>	<b>3.381</b>	<b>1.311</b>
<b>Realizável</b>	<b>1.530.620</b>	<b>1.472.092</b>	Gestão previdencial	2.744	578
Gestão previdencial	550	34	Gestão administrativa	637	710
Gestão administrativa	75	85	Investimentos	–	23
<b>Investimentos</b>	<b>1.529.995</b>	<b>1.471.973</b>	<b>Exigível contingencial</b>	<b>487</b>	<b>474</b>
Títulos públicos	581.110	612.310	Gestão previdencial	487	474
Créditos privados e depósitos	14.830	13.389	<b>Patrimônio social</b>	<b>1.527.784</b>	<b>1.471.426</b>
Fundos de investimento	854.242	764.074	<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>	<b>1.428.245</b>	<b>1.394.557</b>
Investimentos imobiliários	65.814	65.647	Provisões matemáticas	1.302.196	1.275.055
Empréstimos	13.999	15.365	• Benefícios concedidos	935.627	865.444
Outros realizáveis	–	1.188	• Benefícios a conceder	366.569	409.611
			<b>Equilíbrio técnico</b>	<b>126.049</b>	<b>119.502</b>
			Resultados realizados	126.049	119.502
			Superavit técnico acumulado	126.049	119.502
			<b>Fundos</b>	<b>99.539</b>	<b>76.869</b>
			Fundos previdenciais	91.806	69.368
			Fundos administrativos	7.712	7.482
			Fundos dos investimentos	21	19
<b>Total do ativo</b>	<b>1.531.652</b>	<b>1.473.211</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>1.531.652</b>	<b>1.473.211</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 | Valores em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Patrimônio social – Início do exercício</b>	<b>1.471.426</b>	<b>1.355.521</b>	<b>9</b>
<b>1. Adições</b>	<b>176.499</b>	<b>209.482</b>	<b>(16)</b>
(+) Contribuições previdenciais	12.200	16.960	(28)
(+) Resultado positivo dos investimentos   Gestão previdencial	156.603	184.344	(15)
(+) Reversão de contingências   Gestão previdencial	–	248	(100)
(+) Receitas administrativas	6.993	6.958	1
(+) Constituição de fundos de investimentos	2	–	100
(+) Resultado positivo dos investimentos   Gestão administrativa	701	972	(28)
<b>2. Destinações</b>	<b>(119.869)</b>	<b>(93.577)</b>	<b>28</b>
(–) Benefícios	(112.405)	(86.351)	30
(–) Despesas administrativas	(7.464)	(7.203)	4
(–) Reversão de fundos de investimentos	–	(23)	(100)
<b>3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)</b>	<b>56.630</b>	<b>115.905</b>	<b>(51)</b>
(+/-) Provisões matemáticas	27.141	102.683	(74)
(+/-) Superavit (Deficit) técnico do exercício	6.547	(28.310)	(123)
(+/-) Fundos previdenciais	22.438	40.828	(45)
(+/-) Fundos administrativos	230	727	(68)
(+/-) Fundos dos investimentos	2	(23)	(109)
<b>4. Operações transitórias</b>	<b>(272)</b>	<b>–</b>	<b>100</b>
<b>B) Patrimônio social – Fim do exercício (A+3)</b>	<b>1.527.784</b>	<b>1.471.426</b>	<b>4</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 | Valores em milhares de R\$

<b>MultiFlex</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
<b>A) Ativo líquido – Início do exercício</b>	<b>654.284</b>	<b>576.153</b>	<b>14</b>
<b>1. Adições</b>	<b>91.310</b>	<b>109.929</b>	<b>(17)</b>
(+) Contribuições	13.503	18.070	(25)
(+) Resultado positivo dos investimentos   Gestão previdencial	77.807	91.859	(15)
<b>2. Destinações</b>	<b>(66.690)</b>	<b>(31.798)</b>	<b>110</b>
(-) Benefícios	(65.169)	(30.345)	115
(-) Custeio administrativo	(1.521)	(1.453)	5
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>24.620</b>	<b>78.131</b>	<b>(68)</b>
(+/-) Provisões matemáticas	22.324	79.007	(72)
(+/-) Fundos previdenciais	(2.887)	(2.013)	43
(+/-) Superavit (Deficit) técnico do exercício	4.911	1.139	331
<b>4. Operações transitórias</b>	<b>(272)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3)</b>	<b>678.632</b>	<b>654.284</b>	<b>4</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>(563)</b>	<b>(313)</b>	<b>80</b>
(+/-) Fundos administrativos	(565)	(313)	81
(+/-) Fundos dos investimentos	2	-	100

<b>BásicoPlus</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
<b>A) Ativo líquido – Início do exercício</b>	<b>809.641</b>	<b>772.571</b>	<b>5</b>
<b>1. Adições</b>	<b>79.105</b>	<b>93.364</b>	<b>(15)</b>
(+) Contribuições	309	631	(51)
(+) Resultado positivo dos investimentos   Gestão previdencial	78.796	92.485	(15)
(+) Reversão de contingências   Gestão previdencial	-	248	(100)
<b>2. Destinações</b>	<b>(47.327)</b>	<b>(56.294)</b>	<b>(16)</b>
(-) Benefícios	(47.236)	(56.006)	(16)
(-) Custeio administrativo	(91)	(288)	(68)
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>31.778</b>	<b>37.070</b>	<b>(14)</b>
(+/-) Provisões matemáticas	4.817	23.676	(80)
(+/-) Fundos previdenciais	25.325	42.841	(41)
(+/-) Superavit (Deficit) técnico do exercício	1.636	(29.449)	(106)
<b>B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3)</b>	<b>841.419</b>	<b>809.641</b>	<b>4</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>795</b>	<b>1.017</b>	<b>(22)</b>
(+/-) Fundos administrativos	795	1.040	(24)
(+/-) Fundos dos investimentos	-	(23)	(100)

## Plano Promon MultiFlex

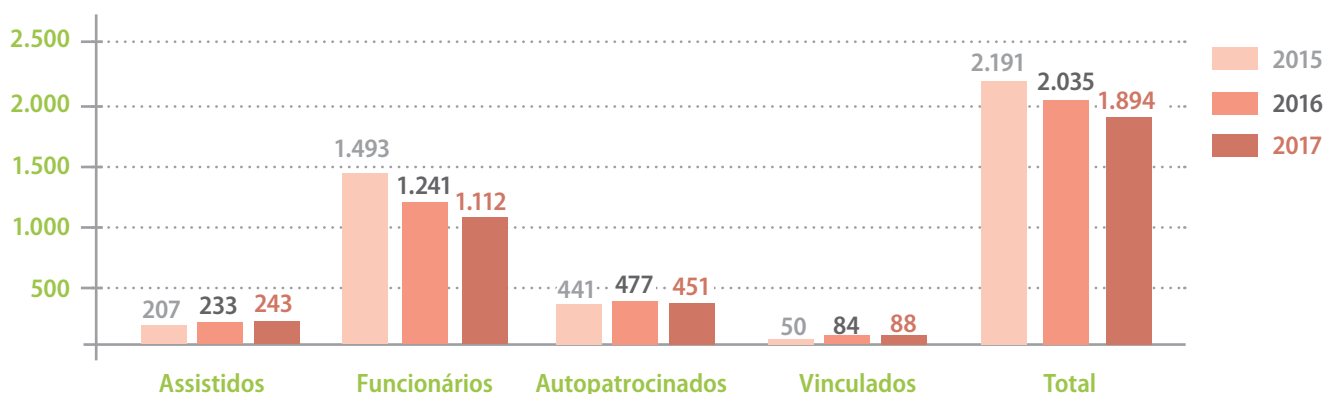
### Rentabilidade

O Promon MultiFlex é um plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. O valor inicial dos benefícios é calculado em função do montante individual acumulado até o momento da solicitação da aposentadoria como resultado das contribuições feitas pelos participantes e pelas patrocinadoras, dos rendimentos financeiros resultantes de sua aplicação e dos custos administrativos do plano, sendo pagos na forma de renda por prazo certo.

No fim de 2017, o ativo total do plano alcançou a cifra de R\$ 682,4 milhões.

O valor da quota do plano MultiFlex apresentou no ano uma rentabilidade nominal de 12,2%, expressivamente superior ao CDI de 10,0% e ao INPC do período, que registrou 2,1%. Nos onze anos e meio desde a implantação do plano, sua rentabilidade real foi equivalente a 6,2% ao ano, superior à variação do INPC. O gráfico da página ao lado ilustra as rentabilidades obtidas nos últimos três anos.

### NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PLANO PROMON MULTIFLEX

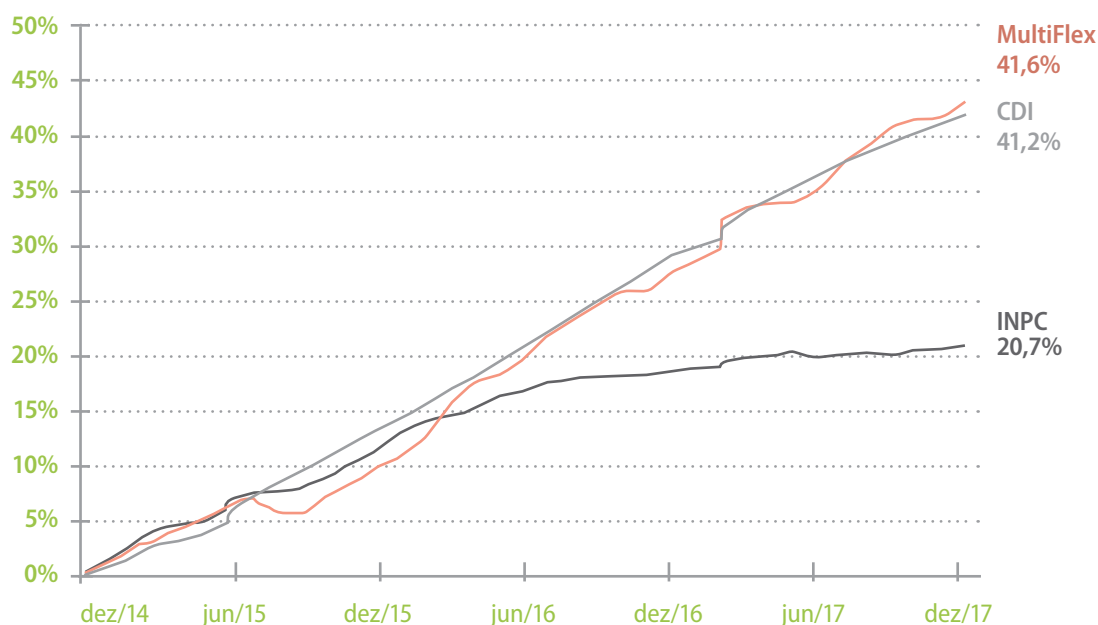


Os aportes voluntários dos participantes ativos e autopatrocinados somaram R\$ 11,6 milhões em 2017, patamar cerca de 25% inferior ao montante do exercício anterior em valores absolutos, resultado da queda do número de participantes, verificada por conta de reduções de equipe nas patrocinadoras e da retirada de patrocínio efetivada por duas empresas patrocinadoras, a Trópico e a Vectura. O montante de contribuições, no entanto, demonstra a continuidade da importância dada pelos profissionais ao seu planejamento previdenciário e ao papel da FPPS nesse processo.

Em 2017, a Fundação aumentou sua alocação em investimentos estruturados (fundos de participações) e investimentos no exterior, além de ter migrado pontualmente uma parcela de recursos que estava em títulos públicos indexados à inflação para fundos DI, em um movimento de realização de ganhos e gerenciamento do risco da carteira. Foram ajustes que produziram o efeito desejado, proporcionando à carteira uma rentabilidade expressiva com menor volatilidade.



## VARIAÇÃO DA QUOTA MULTIFLEX NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS



Em linha com a Política de Investimentos estabelecida para 2018, a Fundação continuará a monitorar de perto o comportamento da carteira do plano MultiFlex, buscando obtenção de rentabilidade sem abrir mão da preservação de capital em um ano que deverá ser especialmente desafiador: taxas de juros bem mais baixas do que as observadas nos anos anteriores e um ambiente de maior volatilidade nos mercados, em função das incertezas com relação ao cenário eleitoral no Brasil e à manutenção da liquidez internacional.

A **carteira de renda fixa** do plano MultiFlex encerrou o ano com um volume da ordem de R\$ 498,5 milhões, correspondente a 73,2% dos recursos garantidores do plano. Essa carteira registrou uma rentabilidade de 11,4% no ano, frente ao seu marco de referência, o CDI, que ficou em 10,0%. A principal contribuição para a excelente rentabilidade observada foi dada pela parcela da carteira (cerca de R\$ 109,5 milhões) alocada em títulos públicos indexados à inflação com precificação a mercado. A carteira contava também com alocação de R\$ 299,2 milhões investidos em fundos multimercados institucionais (sujeitos a restrições específicas aplicadas às entidades fechadas de previdência

complementar), R\$ 77,9 milhões em fundos DI e R\$ 6,5 milhões em títulos privados.

A bolsa de valores brasileira registrou o segundo ano de expressiva valorização, em linha com o desempenho das bolsas globais, tendo se beneficiado da redução do risco-país e da melhora de expectativas em torno do resultado das empresas. Como consequência, a **carteira de renda variável** do MultiFlex registrou em 2017 a continuidade do excelente desempenho já observado no ano anterior. A carteira fechou o ano com a rentabilidade de 37,4%, bem superior ao índice Ibovespa, que ficou em 26,9%. Ao fim do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 53,9 milhões, aproximadamente 7,9% dos recursos do plano, sendo R\$ 23,6 milhões investidos em dois fundos exclusivos e R\$ 30,3 milhões de aplicações em quatro fundos abertos.

A classe de ativos denominada **investimentos estruturados**, conforme define a regulamentação aplicável às entidades de previdência fechadas, é composta por aplicações em (i) fundos multimercados que não estão sujeitos às mesmas restrições aplicáveis aos fundos multimercados na classe de renda fixa; (ii) fundos de participação (como, por exemplo, fundos de *private equity*

e fundos de desenvolvimento florestal); e (iii) fundos de investimento imobiliário, entre outras. Os fundos multimercados estruturados são investimentos tradicionalmente com maior volatilidade, enquanto os fundos de participação são sujeitos ao efeito denominado pelo mercado financeiro como “curva J”, isto é, o decréscimo do valor da quota durante a maturação dos investimentos do fundo, com a possibilidade de retorno relevante posteriormente, na fase de desinvestimento. São, assim, investimentos com menor liquidez, realizados com o objetivo de longo prazo, que buscam rentabilidades totais superiores às proporcionadas por fundos de maturidade mais curta. O total aplicado nessa classe no fim de 2017 atingiu R\$ 83,6 milhões, correspondentes a 12,3% dos recursos garantidores do plano. Sua rentabilidade foi de 5,5%, valor inferior aos 10,0% de seu índice de referência, o CDI, em boa medida justificado pelo efeito da “curva J” descrito anteriormente na parcela da carteira alocada em fundos de participações.

Por determinação da legislação, os **investimentos no exterior** são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior. O MultiFlex, que possuía em 2016 investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado norte-americano, realizou em 2017 um aporte em um quarto fundo, predominantemente composto por ações de empresas europeias com atuação global. Por consequência, o total investido nessa carteira, no fim de 2017, cresceu para R\$ 31,5 milhões, equivalentes a 4,6% dos recursos do plano. A rentabilidade no exercício foi de excelentes 20,4%, resultado da valorização observada nas bolsas estrangeiras. Essa iniciativa tem como objetivo a diversificação de mercados por meio do acesso a aplicações de renda variável não disponíveis no Brasil, como, por exemplo, em

setores como o farmacêutico e de inovação tecnológica.

O plano MultiFlex administra também uma **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 13,2 milhões, cerca de 1,9% do total dos ativos, e rentabilidade de 8,1%. Essa carteira corresponde a um volume de 517 contratos que atendem a 452 participantes.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

No exercício, a Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária da FPPS, realizou dois estudos técnicos de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas na avaliação atuarial do exercício para a parcela da reserva dedicada aos benefícios de risco, de maneira a atender a dispositivos previstos pela legislação. O resultado dessas análises substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em sua reunião de 14 de dezembro de 2017, de premissas e hipóteses atuariais para o exercício de 2017.

O primeiro estudo visou verificar a aderência e a adequação da taxa real de juros do plano de benefícios às características de sua massa de participantes, ao seu regulamento e à sua carteira de investimentos. Essa adequação está relacionada à convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para a aplicação dos recursos garantidores do plano. A taxa real de juros adotada foi de 5,35% ao ano, idêntica à taxa considerada na avaliação atuarial do exercício anterior.

O segundo estudo verificou a aderência das demais hipóteses, e seu resultado possibilitou manter inalteradas as premissas utilizadas no período anterior, com exceção das duas seguintes:

- Crescimento salarial real dos participantes ativos: foi alterado de 3,9% ao ano, valor utilizado em 2016, para 1,0% ao ano para os participantes

vinculados às patrocinadoras Promon S.A., Promon Engenharia Ltda. e Fundação Promon, e 1,5% ao ano para participantes vinculados às patrocinadoras PromonLogicalis Tecnologia e Participações Ltda. e PTLIS Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda. A alteração resulta do mercado mais competitivo e, conseqüentemente, de menores reajustes salariais observados nas empresas.

- Entrada em invalidez dos participantes ativos e autopatrocinados: a tábua adotada foi alterada da *RRB-1944*, utilizada em 2016, para a tábua *Mercer Disability*, que apurou a possibilidade de um participante se invalidar de maneira mais próxima à observada entre os participantes do plano MultiFlex.

## Política de Investimentos

O Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 14 de dezembro de 2017, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano MultiFlex, válida para o período 2018-2022, obedecendo às disposições legais estabelecidas pela Resolução CGPC n. 7, de 04 de dezembro de 2003, que define que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

Para subsidiar a revisão da Política de Investimentos, a exemplo dos anos anteriores, a Fundação Promon contratou um novo estudo de otimização da carteira (Fronteira Eficiente) junto à empresa especializada Aditus Consultoria Financeira Ltda. A partir da expectativa de retorno de cada classe de ativos no longo prazo e a volatilidade histórica de cada uma delas, o estudo simula diversas combinações de carteira com o objetivo de identificar aquelas com a relação retorno-risco mais adequada ao plano.

A alocação-objetivo foi definida considerando ainda o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da

elaboração dessa Política, assim como as restrições de aplicação impostas pela legislação (Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 3.792, de 24 de setembro de 2009). Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

No que se refere às perspectivas de curto prazo, os dilemas a serem enfrentados em 2018 tornaram-se ainda mais complexos do que nos anos anteriores devido à acentuada queda das taxas de juros no Brasil: o mercado sinaliza juros reais em torno de 3,0% para o ano, tendo a taxa Selic atingido sua mínima histórica no fim de 2017.

Por outro lado, o ambiente de incerteza advinda principalmente do processo eleitoral no Brasil e das questões em torno da deterioração da liquidez internacional, associados aos preços já elevados dos ativos em geral, deve se traduzir em maior volatilidade para o mercado financeiro, diferentemente dos anos anteriores, quando acabou prevalecendo um sentimento de maior harmonia e de recuperação econômica.

Nesse sentido, a principal alteração para 2018 na Política de Investimentos do plano MultiFlex foi a redução de 73% para 69% da alocação-objetivo na classe de renda fixa, com correspondente aumento de 13% para 16% nos investimentos estruturados e de 5% para 6% nos investimentos no exterior.

O quadro a seguir apresenta um resumo da Política 2018-2022, com seus respectivos *benchmarks* e metas de rentabilidade.

Os segmentos de investimentos apresentados são subdivididos gerencialmente em mandatos.

Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada e horizonte de prazo para o investimento. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2018-2022)

Segmentos	Benchmark	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação-objetivo	LIMITES Inferior   Superior
Renda fixa	CDI	75% CDI + 25% IMAB	100%	69%	25%   100%
Renda variável	Ibovespa	60% SMLL + 15% IDIV + 25% IBr-X	70%	7%	0%   30%
Investimentos estruturados	CDI	CDI + 2% ao ano	20%	16%	0%   20%
Investimentos no exterior	MSCI Global	MSCI Global	10%	6%	0%   10%
Imóveis	-	-	8%	0%	0%   0%
Operações com participantes	INPC + 6% ao ano	INPC + 6% ao ano	15%	2%	0%   15%
Plano MultiFlex	CDI	CDI			

parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos. A segmentação de mandatos facilita a implantação das estratégias de investimento, bem como a seleção e a avaliação de gestores terceirizados.

Dessa maneira, no segmento de renda fixa, o plano conta com mandatos de multimercado institucional, DI soberano, inflação IMA e crédito; no de renda variável, há mandatos com gestão ativa, passiva e dividendos; no segmento de investimentos estruturados, há fundos de participações (*real estate*, *private equity* e desenvolvimento florestal) e também fundos multimercados.

A Fundação Promon pratica a marcação a mercado para todos os ativos que compõem o portfólio de aplicações do plano MultiFlex há mais de cinco anos, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Esse método consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelo preço transacionado no mercado na data de cálculo ou, quando esse preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro naquela data. Tal preço de mercado para os diferentes ativos é estabelecido por um agente custodiante independente – no caso da Fundação Promon, o Banco Itaú Unibanco S. A.

## Plano anual de custeio para 2018

O plano anual de custeio para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019, conforme decisão do Conselho Deliberativo tomada na reunião de 28 de março de 2018, mantém a contribuição mensal básica efetuada pelas patrocinadoras para os participantes ativos, definida no regulamento do plano como sendo de 5% do salário nominal do participante ativo.

As patrocinadoras continuarão não realizando contribuições normais nesse próximo período, mantendo a prática adotada desde abril de 2016. As patrocinadoras também não realizarão contribuição para custeio dos benefícios de risco (morte e invalidez de participante ativo), visto que o valor presente desses benefícios está coberto pelo patrimônio do plano.

Os participantes autopatrocinados devem, necessariamente, realizar a contribuição básica mensal de 5% do salário nominal. A contribuição destinada à cobertura dos benefícios de risco também não precisará ser paga por tais participantes durante o período.

O custeio administrativo terá como fontes a contribuição individual feita por todos os participantes e uma destinação dos rendimentos dos investimentos. O valor mensal da contribuição individual será mantido em R\$ 60,00 por participante (ativo, autopatrocinado, vinculado ou assistido), valor igual ao do último ano. A complementação necessária será feita mediante a manutenção da destinação, no ano, do correspondente a 0,45% dos investimentos dos recursos garantidores do plano.

## Retirada parcial de patrocínio

Iniciado em 2015, o processo de retirada de patrocínio das patrocinadoras Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda., Vectura Serviços e Software Ltda. e Fundação Cultural Promon foi aprovado pelo órgão fiscalizador (Previc), por meio da Portaria n. 625, de 9 de junho de 2017.

Em dezembro de 2017, os cento e setenta participantes vinculados a essas patrocinadoras exerceram seu direito de opção, individualmente, em relação ao montante dos recursos que lhes cabia, conforme determinado pela legislação pertinente. Cento e trinta e seis participantes optaram por receber sua reserva em parcela única ou transferi-la para fundos de bancos ou de outras patrocinadoras, enquanto trinta e quatro participantes, que detinham mais de 61% das reservas, optaram por permanecer no MultiFlex.

O processo não trouxe nenhuma consequência para os demais participantes.



As tabelas a seguir apresentam:

- a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;
- o comparativo de alocação em cada classe de ativo;
- o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.

## RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

### MultiFlex

SEGMENTOS	2017	2016	2015
Renda fixa	11,4%	17,9%	11,4%
Renda variável	37,4%	21,9%	(5,8%)
Investimentos estruturados	5,5%	12,2%	14,7%
Investimentos no exterior	20,4%	(14,9%)	52,3%
Empréstimos a participantes	8,1%	13,8%	17,9%
<b>Total</b>	<b>12,2%</b>	<b>16,4%</b>	<b>10,2%</b>

### INDICADORES

CDI	10,0%	14,0%	13,2%
IMAB	12,8%	24,8%	8,9%
Ibovespa	26,9%	38,9%	(13,3%)
IBrX	27,5%	36,7%	(12,4%)

## COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

### MultiFlex

	31/12/2017		31/12/2016		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017-2021		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
<b>Renda fixa</b>	<b>498.533</b>	<b>73,2</b>	<b>505.666</b>	<b>77,2</b>	<b>22%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Títulos privados	6.541	1,0	5.706	0,9			
Fundos exclusivos	408.729	60,0	382.799	58,5			
Fundos abertos	83.263	12,2	117.161	17,9			
<b>Renda variável</b>	<b>53.859</b>	<b>7,9</b>	<b>39.950</b>	<b>6,1</b>	<b>0%</b>	<b>30%</b>	<b>70%</b>
Fundos exclusivos	23.562	3,5	18.527	2,8			
Fundos abertos	30.297	4,4	21.423	3,3			
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>83.578</b>	<b>12,3</b>	<b>76.253</b>	<b>11,6</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
Fundos exclusivos	51.293	7,5	46.153	7,0			
Fundos abertos	32.285	4,7	30.100	4,6			
<b>Investimentos no exterior</b>	<b>31.548</b>	<b>4,6</b>	<b>17.553</b>	<b>2,7</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>	<b>10%</b>
<b>Investimentos imobiliários</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>8%</b>	<b>8%</b>
<b>Empréstimos a participantes</b>	<b>13.023</b>	<b>1,9</b>	<b>14.597</b>	<b>2,2</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>
<b>Disponível</b>	<b>793</b>	<b>0,1</b>	<b>872</b>	<b>0,1</b>			
<b>Total</b>	<b>681.334</b>	<b>100,0</b>	<b>654.891</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Conforme Resolução CMN n. 3.792, de 24/9/2009, alterada pela Resolução CMN n. 4.275, de 31/10/2013, e n. 4.611, de 30/11/2017.



## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

MultiFlex	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>Recursos garantidores das reservas técnicas <sup>(*)</sup></b>	<b>681.334</b>	<b>100,0</b>	<b>654.891</b>	<b>100,0</b>
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>20.483</b>	<b>3,0</b>	<b>21.176</b>	<b>3,2</b>
<b>Investimentos de renda fixa</b>	<b>6.541</b>	<b>1,0</b>	<b>5.706</b>	<b>0,9</b>
Títulos privados	6.541	1,0	5.706	0,9
<b>Empréstimos a participantes</b>	<b>13.023</b>	<b>1,9</b>	<b>14.597</b>	<b>2,2</b>
<b>Disponível <sup>(*)</sup></b>	<b>793</b>	<b>0,1</b>	<b>872</b>	<b>0,1</b>
<b>GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>660.977</b>	<b>97,0</b>	<b>633.716</b>	<b>96,8</b>
<b>Investimentos de renda fixa</b>	<b>491.991</b>	<b>72,2</b>	<b>499.960</b>	<b>76,3</b>
Bradesco FIC Jequitibá <sup>(a)</sup>	299.185	43,9	221.352	33,8
• Santander FI Angelim	111.921	16,4	75.845	11,6
• Votorantim FI Angico	55.998	8,2	36.655	5,6
• Bradesco Sucupira	45.859	6,7	46.050	7,0
• Itaú FI Paineira	70.108	10,3	46.934	7,2
• BNP Paribas FI Guarantãs	15.303	2,2	15.868	2,4
Bradesco Mogno <sup>(a)</sup>	54.872	8,1	94.851	14,5
Santander Sucupira II <sup>(a)</sup>	54.671	8,0	66.597	10,2
Bradesco Referenciado DI Federal Extra	47.382	7,0	54.803	8,4
Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo	30.488	4,5	54.116	8,3
BRZ Multi Recebíveis II	5.392	0,8	6.170	0,9
Lacan Equil FIM	–	–	2.071	0,3
<b>Investimentos de renda variável</b>	<b>53.859</b>	<b>7,9</b>	<b>39.950</b>	<b>6,1</b>
Bradesco FIA Promon <sup>(a)</sup>	13.324	2,0	10.379	1,6
M Square FIC FIA	11.337	1,7	8.978	1,4
Vinci FIC FIA Pau Brasil <sup>(c)</sup>	10.238	1,5	8.148	1,2
Pátria Pipe Feeder I FIC FIA	11.679	1,7	5.756	0,9
Vinci Valor Dividendos	3.985	0,6	3.327	0,5
Vinci Dividendos	3.297	0,5	2.766	0,4
Vinci Valor FIC FIA	–	–	595	0,1
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>83.578</b>	<b>12,3</b>	<b>76.253</b>	<b>11,6</b>
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI <sup>(c)</sup>	51.293	7,5	46.153	7,0
Pátria Real Estate III FIP	9.513	1,4	9.150	1,4
Pátria Real Estate II FIP	4.218	0,6	4.587	0,7
Verde AM V FIC FIM	7.595	1,1	7.254	1,1
Stratus SCP Brasil FIP	7.936	1,2	6.550	1,0
BTG Pactual Timberland FIC FIP	3.022	0,4	2.558	0,4
<b>Investimentos no exterior</b>	<b>31.548</b>	<b>4,6</b>	<b>17.553</b>	<b>2,7</b>
BB Multimercado Nordea IE FI	9.253	1,4	7.906	1,2
M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE	6.901	1,0	5.514	0,8
BB Multimercado BlackRock IE FI	4.995	0,7	4.133	0,6
Votorantim AllianzGI Europe Equity Growth IE FI <sup>(b)</sup>	10.399	1,5	–	–

<sup>(\*)</sup> Não considera o exigível operacional. | <sup>(a)</sup> Fundos exclusivos. | <sup>(b)</sup> Início em novembro de 2017. | <sup>(c)</sup> Alteração de gestor em 2017.

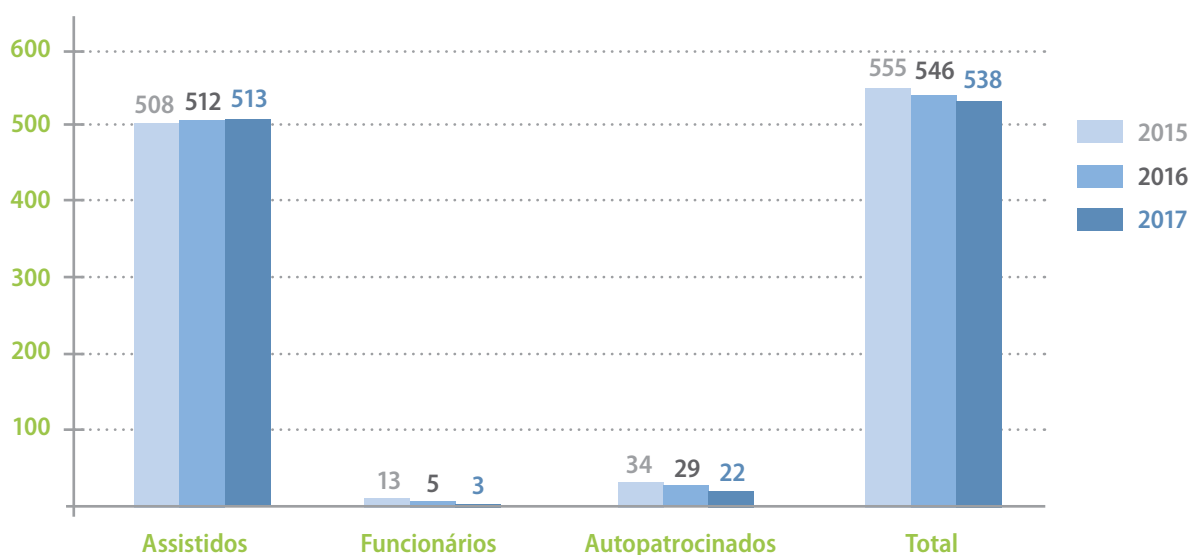
## Plano Promon BásicoPlus

### Rentabilidade

O Promon BásicoPlus é um plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido que teve suas adesões encerradas em 2005.

Seus ativos totalizaram R\$ 849,2 milhões no fim de 2017. A rentabilidade bruta registrada, de 10,0%, ficou bem acima da meta atuarial do plano, de 7,4%.

NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PLANO PROMON BÁSICOPLUS



Em 2017, pela primeira vez desde a implantação do sistema de metas, a inflação acumulada ficou abaixo do limite inferior da meta definida pelo Banco Central. Aparentemente a pior recessão da história brasileira foi superada, os níveis de confiança das empresas e das famílias experimentaram uma alta significativa, mas os níveis ainda altos de desemprego, a difícil questão fiscal e a crise política demonstram que grandes desafios ainda precisam ser enfrentados.

Entretanto, mesmo nesse ambiente adverso, os investimentos do BásicoPlus aproveitaram, em alguma medida, a forte valorização registrada pelas bolsas de valores no Brasil e no exterior. Foram destaques, também, a rentabilidade auferida pelos fundos multimercados no

segmento de renda fixa e pelos investimentos estruturados e o retorno obtido na venda da carteira de imóveis do plano.

A **classe de renda fixa** representava, no fim de 2017, 76,8% dos ativos garantidores do plano, com ativos da ordem de R\$ 646,7 milhões, dos quais R\$ 581,1 milhões estavam alocados em títulos públicos de prazos variáveis, a serem mantidos até seu vencimento e contratados com taxas médias superiores à meta atuarial, o que continua deixando o plano pouco suscetível à volatilidade do mercado financeiro. Outros R\$ 65,6 milhões estavam investidos em fundos exclusivos administrados por gestores selecionados pela FPPS e em títulos privados. Essa classe obteve o bom desempenho de 8,7% no

ano, superior à meta atuarial do plano, que ficou em 7,4%, mas inferior à taxa do CDI, que registrou 10,0%. Determinante para essa dissonância foi o fato de os títulos públicos da carteira estarem marcados na curva, com rentabilidade atrelada à baixa inflação auferida no período.

Por sua vez, a **carteira de renda variável** do BásicoPlus, responsável por 6,5% dos ativos garantidores do plano, apresentou um segundo ano de excelente desempenho, com valorização de 26,8%, ligeiramente inferior ao índice Ibovespa, que registrou 26,9%. No fim do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 54,7 milhões, dos quais R\$ 48,4 milhões estavam investidos em fundos exclusivos e R\$ 6,3 milhões correspondiam a aplicações em fundos abertos.

As aplicações na classe **investimentos estruturados** representavam 6,7% do patrimônio total do plano. São compostas por fundos multimercados que não estão sujeitos às mesmas restrições aplicáveis aos fundos multimercados na classe de renda fixa, fundos de desenvolvimento florestal (fundos de participação) e fundos de investimento imobiliário. Os recursos aplicados nessa carteira atingiram, no fim do ano, R\$ 56,6 milhões, e sua rentabilidade foi de 2,4%, valor inferior à meta atuarial do plano. São investimentos que, na parcela alocada em fundos multimercados, apresentam naturalmente uma maior volatilidade e, na parcela associada a fundos de desenvolvimento florestal e fundos imobiliários, têm sua rentabilidade oriunda de reavaliações do valor de empresas e de ativos que compõem os fundos. Há, ainda, o efeito denominado pelo mercado financeiro como “curva J”, que é o decréscimo do valor da quota durante a maturação dos investimentos do fundo, com a possibilidade de retorno relevante posteriormente, na fase de desinvestimento. São, assim, investimentos com menor liquidez e que devem ser analisados pelo seu retorno de longo prazo.

Por determinação da legislação, os **investimentos no exterior** são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior. O BásicoPlus possuía, no fim de 2017, investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado norte-americano. O total dessa carteira, ao fim do ano, era de R\$ 16,9 milhões, equivalentes a 2,0% dos recursos do plano, e registrou a ótima rentabilidade de 22,3% no ano, resultado da valorização observada nas bolsas de valores estrangeiras. O objetivo da iniciativa é diversificar mercados e ter acesso a aplicações de renda variável não disponíveis no Brasil (por exemplo, em setores como o farmacêutico e de inovação tecnológica, dentre outros).

O plano BásicoPlus mantinha também uma pequena **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 1,0 milhão. Os empréstimos são remunerados por meio da cobrança de INPC mais 6% ao ano.

A **carteira imobiliária** do plano BásicoPlus, composta por dez unidades e outras pequenas áreas para locação comercial no Condomínio São Luiz, na cidade de São Paulo, foi vendida durante o exercício por um valor cerca de 12% acima de seu valor contábil. Essas condições, muito favoráveis ao plano, proporcionaram a relevante rentabilidade de 20,3% no ano, após alguns anos de rentabilidade abaixo da meta atuarial do plano, resultado da vacância prolongada de algumas das unidades imobiliárias. No fim de 2017, os créditos a receber advindos da venda (36 parcelas mensais corrigidas por INPC + 6% ao ano) correspondiam a R\$ 65,8 milhões, cerca de 7,8% dos recursos do plano.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

A avaliação atuarial foi elaborada a partir da adoção de um conjunto de hipóteses e métodos atuariais resultante de um processo de interação entre a Fundação Promon e a Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária da entidade, contando com o aval das patrocinadoras.

Em 2017, foram realizados pela Mercer os estudos técnicos de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas na avaliação atuarial do exercício, de maneira a atender a dispositivos previstos pela legislação. O resultado dessas análises substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em sua reunião de 14 de dezembro de 2017, de premissas e hipóteses atuariais para o exercício de 2017.

A metodologia utilizada pelo atuário para realização do cálculo de aderência da taxa de desconto teve por objetivo comprovar a adequação e a aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial de 2017 às características de sua massa de participantes, ao regulamento do plano e à sua carteira de investimentos. Tal adequação está relacionada à convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores do plano. Após analisar as projeções realizadas, o atuário atestou que a carteira de ativos do BásicoPlus apresenta condições de honrar o fluxo de pagamento de benefícios determinado para o plano pelas próximas décadas, e que a taxa real de juros poderia ser mantida em 5,35% ao ano, mesmo valor do ano anterior.

Um segundo estudo verificou a aderência das demais hipóteses, e seu resultado possibilitou manter inalteradas as premissas utilizadas no período anterior, com exceção daquela relativa ao crescimento salarial real dos participantes ativos, que teve seu valor alterado de 3,0% ao ano para

<b>1 Método de financiamento</b>	Crédito unitário projetado
<b>2 Taxa de desconto</b>	INPC+5,35% ao ano
<b>3 Tábua biométrica</b>	AT-2000 (desagravada em 20%)
<b>4 Crescimento salarial</b>	1% ao ano para funcionários, salário de participação constante para autopatrocinados
<b>5 Rotatividade de pessoal</b>	Nula
<b>6 Entrada em benefício</b>	Experiência de aposentadoria antecipada BásicoPlus

1,0% ao ano. A alteração resulta do mercado mais competitivo e, conseqüentemente, de menores reajustes salariais observados nas patrocinadoras.

## SUPERAVIT E RESERVA ESPECIAL

Atendendo ao prescrito pela Resolução CGPC n. 26, de 29 de setembro de 2008, o excesso de superavit sobre a reserva de contingência registrado no fim de 2016 já havia sido transferido para um fundo previdencial de revisão de plano. Após orientações recebidas da Previc, a Fundação começou a elaboração de um plano de destinação da integralidade desse valor aos participantes e patrocinadoras do plano.

A Mercer, atuária da Fundação, ao apurar os resultados de 2017, verificou que o superavit técnico acumulado do plano no ano ficou em R\$ 138,5 milhões, sendo R\$ 119,8 milhões correspondente à reserva de contingência e R\$ 18,7 milhões à reserva especial.

Enquanto a reserva de contingência garante os benefícios contratados, possibilitando ao plano enfrentar incertezas do futuro, a reserva especial corresponde a um excedente do patamar de superavit determinado pela Resolução CNPC n. 22, de 25 de novembro de 2015, para as regras de solvência dos planos. Esse excedente foi adicionado ao fundo previdencial que havia sido constituído no exercício anterior e foi incorporado ao plano de destinação de reserva em elaboração. Com essa adição da reserva

especial registrada em 2017, esse fundo encerrou o ano com expressivos R\$ 91,3 milhões.

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC n. 26, de 29 de setembro de 2008, um estudo econômico-financeiro específico, elaborado pelo atuário sobre a destinação desse fundo, deve ser submetido pela Diretoria da Fundação ao Conselho Deliberativo – instância competente perante a legislação para a definição de medidas, prazos e condições para a utilização dessa reserva especial. Em 2018, este estudo será encaminhado ao órgão fiscalizador (Previc) para aprovação. Após essa aprovação, o montante integral do fundo será destinado em parte aos participantes do plano e em parte às patrocinadoras, observada a proporção contributiva feita pelas partes e respeitando o prazo mínimo de 36 meses para parcelamento dos pagamentos, conforme determinado pela legislação.

## Política de Investimentos

O Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 14 de dezembro de 2017, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano BásicoPlus, válida para o período 2018-2022, obedecendo às disposições legais estabelecidas pela Resolução CGPC n. 7, de 04 de dezembro de 2003, que define que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

Em face da maturidade do plano e dando continuidade ao trabalho que vem sendo feito periodicamente, a Fundação contratou, no segundo semestre de 2017, um novo estudo de *Asset Liability Management* (ALM), a cargo da empresa especializada Aditus Consultoria Financeira Ltda. Esse estudo associa os ativos que compõem a carteira do plano aos compromissos futuros junto a seus participantes, procurando determinar a alocação estratégica ótima dos investimentos para que o plano

cumpra suas obrigações de pagamento de benefícios. Seu resultado permitiu a aprovação da manutenção da distribuição atual da carteira pelo Conselho Deliberativo da entidade, com ajustes pontuais no portfólio.

A alocação-objetivo foi definida considerando ainda o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos, assim como as restrições de aplicação em classes de ativos impostas pela legislação (Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 3.792, de 24 de setembro de 2009). Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Nesse sentido, o cenário desafiador de 2018, com taxas de juros reais bastante baixas e volatilidade de ativos provocada pelo momento eleitoral e deterioração da condição de liquidez internacional, levou a FPPS a promover um ligeiro ajuste na Política de Investimentos do plano: foi aprovado um aumento de 6% para 9% nos investimentos estruturados, de modo a aproveitar uma maior expectativa de retorno nessa classe de ativos, com correspondente redução de 87% para 84% da alocação-objetivo na renda fixa.

O quadro a seguir apresenta um resumo da Política 2018-2022, com suas respectivas metas de rentabilidade.

Os segmentos de investimentos apresentados são subdivididos gerencialmente em mandatos.

Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada e horizonte de prazo para o investimento. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e o monitoramento dos riscos. A segmentação de mandatos facilita a implantação das estratégias de investimento, bem como a seleção e avaliação de gestores terceirizados.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2018-2022)

Segmentos	Meta atuarial	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação-objetivo	LIMITES Inferior   Superior
Renda fixa		INPC + 5,35% ao ano	100%	84%	48%   100%
Renda variável		60% SMLL + 40% IBr-X	70%	5%	0%   20%
Investimentos estruturados		CDI + 2% ao ano	20%	9%	0%   20%
Investimentos no exterior		MSCI Global	10%	1%	0%   2%
Imóveis		–	8%	0%	0%   8%
Operações com participantes		INPC + 6% ao ano	15%	1%	0%   2%
<b>Plano BásicoPlus</b>	INPC + 5,35% ao ano	INPC + 5,35% ao ano			

Dessa maneira, no segmento de renda fixa, o plano conta com mandatos de multimercado institucional, DI soberano, inflação IMA e crédito; no de renda variável, há mandatos com gestão ativa, passiva e dividendos; no segmento de investimentos estruturados, há fundos de participações (*real estate* e desenvolvimento florestal) e também fundos multimercados.

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e dos fundos de investimentos nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela Anbima.

O plano, no entanto, contabiliza os títulos públicos que pretende carregar até o vencimento pela taxa de compra do papel, método chamado de marcação na curva. A adoção desse critério, respaldada pela capacidade financeira do plano BásicoPlus de manter os títulos até o seu vencimento e confirmada pelo estudo de ALM realizado em 2017, está formalmente aprovada pelo órgão regulador e foi a estratégia adotada

para proteger o resultado do plano de eventual volatilidade nas taxas de juros de longo prazo. O cálculo do valor dos papéis na curva é realizado pelo agente custodiante independente, o Banco Itaú Unibanco S.A.

### VENDA DOS IMÓVEIS DETIDOS PELO PLANO

A Fundação concluiu em outubro de 2017 a venda das dez unidades imobiliárias que o plano detinha para locação comercial no Condomínio São Luiz, em São Paulo, fato informado aos participantes do plano por meio de comunicado encaminhado na época.

Por ser um plano maduro, que conta com mais de 95% de seus participantes em fase de recebimento de benefício, a Política de Investimentos vigente já havia reconhecido a necessidade de venda dos imóveis em momento futuro, de modo a dar liquidez a esses recursos para o pagamento de benefícios previdenciários. Adicionalmente, a vacância prolongada de três das unidades, sem perspectivas objetivas



de locação no curto prazo a valores justos, fruto do momento econômico do país, vinha causando impacto negativo na rentabilidade dos investimentos provenientes dessa classe de ativos, não só pela perda do recebimento do aluguel correspondente, mas também pela incidência dos custos condominiais, de IPTU e de manutenção, normalmente suportados pelos locatários e que passaram a recair sobre o BásicoPlus.

A partir de meados do segundo semestre de 2016, a Fundação passou a ser consultada por algumas empresas do setor imobiliário interessadas na aquisição dessas unidades e, nos meses de negociação que se sucederam, conseguiu pactuar com um dos interessados, a empresa Barzel JK Investimentos Imobiliários Ltda., o valor de venda de R\$ 73,5 milhões, base maio de 2017, parte pago no momento da alienação e parte a ser pago em parcelas mensais remuneradas por meio da cobrança de INPC + 6% ao ano, ou seja, acima da meta atuarial do BásicoPlus. O valor total pactuado era significativamente superior ao valor contábil de R\$ 65,3 milhões registrado no balanço do plano e do valor de mercado de R\$ 58,9 milhões indicado em laudo técnico elaborado pela empresa Cushman & Wakefield, a pedido da Fundação.

Dessa maneira, a venda dos imóveis proporcionou ao plano BásicoPlus um acréscimo patrimonial, que se traduziu em uma rentabilidade de 20,3% ao longo do ano de 2017, e, ao mesmo tempo, eliminou os custos fixos mensais relativos às unidades vacantes, ambas condições muito favoráveis aos participantes do plano. Além de ter representado uma diversificação importante do risco durante muitos anos, os imóveis proporcionaram historicamente rentabilidades compatíveis com a meta adequada a um plano de modalidade benefício definido, como o BásicoPlus.

## Plano anual de custeio para 2018

A utilização da rentabilidade projetada para os excedentes patrimoniais como fonte de custeio do plano continuará permitindo manter, no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019, apenas as contribuições necessárias à cobertura das despesas administrativas. Essa cobertura se dará integralmente por meio da reversão de recursos do fundo administrativo, permitindo-se a continuação, por mais um período, da isenção da contribuição mensal realizada pelos participantes autopatrocinados e patrocinadoras.

O Conselho Deliberativo da Fundação, em sua reunião de 28 de março de 2018, aprovou a manutenção da suspensão da cobrança das contribuições complementares associadas à cobertura do serviço passado (a “joia” e os valores incidentes sobre vencimentos do tipo abono) para os participantes do plano de benefícios instituído em 1976, em função da situação superavitária verificada ao fim de 2017.

O Conselho Deliberativo aprovou ainda, para o mesmo período, a manutenção da destinação de 0,35% ao ano dos investimentos dos recursos garantidores para complemento da fonte de custeio do plano e a progressiva constituição de um fundo administrativo mais robusto.

▶ As tabelas a seguir apresentam:

- a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;
- o comparativo de alocação em cada classe de ativo;
- o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.

## RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

### BásicoPlus

SEGMENTOS	2017	2016	2015
Renda fixa	8,7%	13,8%	17,2%
Renda variável	26,8%	25,2%	(8,1%)
Investimentos estruturados	2,4%	8,3%	19,8%
Investimentos no exterior	22,3%	(13,9%)	52,3%
Imóveis	20,3%	5,7%	(26,2%)
Empréstimos a participantes	8,1%	13,8%	17,1%
<b>Total</b>	<b>10,0%</b>	<b>12,7%</b>	<b>10,3%</b>

### INDICADORES

CDI	10,0%	14,0%	13,2%
Ibovespa	26,9%	38,9%	(13,3%)
IBrX	27,5%	36,7%	(12,4%)
INPC+5,35% ao ano (meta atuarial)	7,4%	12,8% <sup>(*)</sup>	16,5% <sup>(*)</sup>

(\*) Meta atuarial de 5,0% ao ano.

## COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

### BásicoPlus

	31/12/2017		31/12/2016		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017-2021		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
<b>Renda fixa</b>	<b>646.707</b>	<b>76,8</b>	<b>631.209</b>	<b>77,8</b>	<b>48%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Títulos públicos	581.110	69,0	612.311	75,5			
Títulos privados	8.289	1,0	7.683	0,9			
Fundos exclusivos	57.308	6,8	10.187	1,3			
Fundos abertos	–	–	1.028	0,1			
<b>Renda variável</b>	<b>54.749</b>	<b>6,5</b>	<b>45.269</b>	<b>5,6</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>70%</b>
Fundos exclusivos	48.447	5,8	38.200	4,7			
Fundos abertos	6.302	0,7	5.881	0,7			
Outros ativos	–	–	1.188	0,1			
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>56.618</b>	<b>6,8</b>	<b>54.524</b>	<b>6,7</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
Fundos exclusivos	19.040	2,3	17.132	2,1			
Fundos abertos	37.578	4,5	37.392	4,6			
<b>Investimentos no exterior</b>	<b>16.933</b>	<b>2,0</b>	<b>13.848</b>	<b>1,7</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>10%</b>
<b>Investimentos imobiliários (**)</b>	<b>65.814</b>	<b>7,8</b>	<b>65.647</b>	<b>8,1</b>	<b>0%</b>	<b>8%</b>	<b>8%</b>
<b>Empréstimos a participantes</b>	<b>976</b>	<b>0,1</b>	<b>767</b>	<b>0,1</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>15%</b>
Disponível	138	0,0	147	0,0			
<b>Total</b>	<b>841.934</b>	<b>100,0</b>	<b>811.411</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Conforme Resolução CMN n. 3.792 de 24/9/2009, alterada pelas Resoluções CMN n. 4.275, de 31/10/2013, e n. 4.611, de 30/11/2017.

(\*\*) Em 31/12/2016, imóveis detidos pelo BásicoPlus para locação; em 31/12/2017, direitos advindos da alienação dos imóveis.

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

BásicoPlus	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>Recursos garantidores das reservas técnicas <sup>(*)</sup></b>	<b>841.934</b>	<b>100,0</b>	<b>811.411</b>	<b>100,0</b>
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>656.327</b>	<b>78,0</b>	<b>687.742</b>	<b>84,8</b>
<b>Investimentos de renda fixa</b>	<b>589.399</b>	<b>70,0</b>	<b>619.994</b>	<b>76,4</b>
Títulos públicos	581.110	69,0	612.311	75,5
Títulos privados	8.289	1,0	7.683	0,9
<b>Investimentos de renda variável</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.188</b>	<b>0,1</b>
Ouro	–	–	1.188	0,1
<b>Investimentos imobiliários</b>	<b>65.814</b>	<b>7,8</b>	<b>65.647</b>	<b>8,1</b>
Edificações para renda	–	–	65.647	8,1
Direitos em alienação de imóveis <sup>(b)</sup>	65.814	7,8	–	–
<b>Empréstimos a participantes</b>	<b>976</b>	<b>0,1</b>	<b>767</b>	<b>0,1</b>
<b>Disponível <sup>(*)</sup></b>	<b>138</b>	<b>0,0</b>	<b>147</b>	<b>0,0</b>
<b>GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>185.607</b>	<b>22,0</b>	<b>123.668</b>	<b>15,2</b>
<b>Investimentos de renda fixa</b>	<b>57.308</b>	<b>6,8</b>	<b>11.215</b>	<b>1,4</b>
Bradesco FIC Jequitibá <sup>(a)</sup>	57.308	6,8	10.187	1,3
• Santander FI Angelim	21.438	2,6	1.687	0,2
• Votorantim FI Angico	10.726	1,3	2.119	0,3
• Bradesco Sucupira	8.784	1,0	3.491	0,4
• Itaú FI Paineira	13.428	1,6	2.160	0,3
• BNP Paribas FI Garantãs	2.931	0,3	730	0,1
Lacan Equil FIM	–	–	1.028	0,1
<b>Investimentos de renda variável</b>	<b>54.749</b>	<b>6,5</b>	<b>44.081</b>	<b>5,4</b>
Vinci FIC FIA Pau Brasil <sup>(c)</sup>	27.319	3,2	21.742	2,7
Bradesco FIA Promon <sup>(a)</sup>	21.128	2,5	16.458	2,0
M Square FIC FIA	4.974	0,6	3.939	0,5
Vinci Valor Dividendos	1.328	0,2	1.109	0,1
Vinci Valor FIC FIA	–	–	833	0,1
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>56.617</b>	<b>6,7</b>	<b>54.524</b>	<b>6,7</b>
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI <sup>(c)</sup>	19.040	2,3	17.132	2,1
Pátria Real Estate II FIP	16.966	2,0	18.496	2,3
Pátria Real Estate III FIP	3.171	0,4	3.050	0,4
Verde AMV FIC FIM	8.993	1,1	8.589	1,1
Lacan Florestal FIP	6.937	0,8	5.979	0,7
BTG Pactual Timberland FIC FIP	1.511	0,2	1.279	0,2
<b>Investimentos no exterior</b>	<b>16.933</b>	<b>2,0</b>	<b>13.848</b>	<b>1,7</b>
M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE	8.307	1,0	6.638	0,8
BB Multimercado BlackRock IE FI	5.908	0,7	4.888	0,6
BB Multimercado Nordea IE FI	2.718	0,3	2.322	0,3

<sup>(\*)</sup> Não considera o exigível operacional. | <sup>(a)</sup> Fundos exclusivos. | <sup>(b)</sup> Parcelas a receber, advindas da venda dos imóveis. | <sup>(c)</sup> Alteração de gestor em 2017.

## ▶ Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que registra as receitas e as despesas administrativas da Fundação. Possui balanço próprio, referente aos seus gastos com a gestão previdencial e de investimentos e tem seus recursos financeiros aplicados conforme política de investimentos própria. Suas regras de funcionamento estão estabelecidas em seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As **despesas administrativas** são contabilizadas no PGA considerando-se o plano previdenciário correspondente, ou seja, as despesas específicas de cada plano de benefícios são alocadas diretamente a eles, e as despesas comuns aos planos são segregadas de acordo com um critério de rateio elaborado por consultores externos. O critério atual é resultante de um estudo elaborado em 2015 pela empresa especializada JCM&B Consultores, que buscou definir a melhor maneira de distribuição, alocação e apropriação desses gastos comuns, proporcionando a visualização do real custo de cada um dos planos de benefícios da FPPS.

Desse modo, as despesas administrativas previdenciárias comuns foram rateadas na proporção do número de participantes de cada plano, ponderado segundo sua situação (ativo, autopatrocinado ou assistido), para refletir, da melhor maneira possível, o esforço administrativo associado ao plano. Já as despesas administrativas

comuns de investimentos foram rateadas na proporção do valor do patrimônio de cada plano de benefícios. Em 2017, as despesas totalizaram R\$ 7,5 milhões, sendo R\$ 4,6 milhões referentes ao plano MultiFlex e R\$ 2,8 milhões referentes ao plano BásicoPlus.

As **receitas administrativas** representam as contribuições dos participantes e das patrocinadoras e a parcela dos rendimentos dos investimentos, de acordo com o plano anual de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. As contribuições em 2017 foram de R\$ 7,7 milhões, sendo R\$ 4,1 milhões correspondentes ao plano MultiFlex e R\$ 3,6 milhões correspondentes ao plano BásicoPlus.

O patrimônio do PGA é constituído da acumulação da diferença entre receitas e despesas administrativas de cada plano de benefícios, cuja sobra ou insuficiência no exercício é alocada ou revertida ao respectivo **fundo administrativo**. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 7,7 milhões, sendo R\$ 1,0 milhão do MultiFlex e R\$ 6,7 milhões do BásicoPlus.

### Política de Investimentos

O Conselho Deliberativo, em sua reunião de 14 de dezembro de 2017, aprovou a Política de Investimentos para o próximo período, sem alterações em relação à Política vigente no ano anterior.

Segmentos e mandatos	Benchmark	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação-objetivo	LIMITES Inferior   Superior
Renda fixa	CDI	CDI	100%	<b>92%</b>	90%   100%
Renda variável	–	–	70%	–	
Investimentos estruturados	CDI	CDI + 2% ao ano	20%	<b>8%</b>	0%   10%
Investimentos no exterior	–	–	10%	–	
Imóveis	–	–	8%	–	
Operações com participantes	–	–	15%	–	
<b>PGA</b>	<b>CDI</b>	<b>CDI</b>			

Os quadros a seguir apresentam a rentabilidade alcançada pelos investimentos nos três últimos períodos, a demonstração de resultados e as despesas administrativas referentes aos exercícios de 2017 e 2016.

## RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

PGA	2017	2016	2015
<b>SEGMENTOS</b>			
Renda fixa	9,9%	10,9%	13,0%
Investimentos estruturados	11,1%	11,6%	–
<b>Total</b>	<b>10,0%</b>	<b>11,2%</b>	<b>13,0%</b>
<b>INDICADORES</b>			
CDI	10,0%	14,0%	13,2%

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

PGA	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>Recursos garantidores das reservas técnicas</b>	<b>7.658</b>	<b>100,0</b>	<b>6.789</b>	<b>100,0</b>
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	–	–	<b>100</b>	<b>1,5</b>
<b>Disponível</b>	–	–	<b>100</b>	<b>1,5</b>
<b>GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>7.658</b>	<b>100,0</b>	<b>6.689</b>	<b>98,5</b>
<b>Investimentos de renda fixa</b>	<b>7.038</b>	<b>91,9</b>	<b>6.132</b>	<b>90,3</b>
Santander Soberano DI	7.308	91,9	6.132	90,3
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>619</b>	<b>8,1</b>	<b>557</b>	<b>8,2</b>
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI <sup>(a)</sup>	619	8,1	557	8,2

<sup>(a)</sup> Alteração de gestor em 2017.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS Valores em milhares de R\$

	MultiFlex		BásicoPlus		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	2.638	2.433	1.174	1.407	3.812	3.840
Consultoria atuarial	159	111	65	55	224	166
Consultoria jurídica	69	121	293	60	362	181
Auditoria contábil	0	139	9	57	9	196
Sistemas e Comunicação	55	63	28	31	83	94
Gestão/Planejamento estratégico	649	537	306	258	955	796
Custódia	357	324	454	425	811	750
Impostos, taxas e tarifas	250	243	234	271	484	514
Outras despesas	468	331	256	336	724	667
<b>Total</b>	<b>4.645</b>	<b>4.303</b>	<b>2.819</b>	<b>2.900</b>	<b>7.464</b>	<b>7.203</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 | Valores em milhares de R\$

PGA	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>7.482</b>	<b>6.755</b>	<b>11</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>7.694</b>	<b>7.930</b>	<b>(3)</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>7.694</b>	<b>7.930</b>	<b>(3)</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.612	1.741	(7)
Custeio administrativo dos investimentos	5.342	5.055	6
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	37	42	(12)
Resultado positivo dos investimentos	701	972	(28)
Outras receitas	2	120	(98)
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>(7.464)</b>	<b>(7.203)</b>	<b>4</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>(3.886)</b>	<b>(3.773)</b>	<b>3</b>
Pessoal e encargos	(2.354)	(2.309)	2
Treinamentos, congressos e seminários	(25)	(23)	9
Viagens e estadias	(3)	(11)	(73)
Serviços de terceiros	(989)	(994)	(1)
Despesas gerais	(287)	(189)	52
Tributos	(228)	(247)	(8)
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>(3.578)</b>	<b>(3.405)</b>	<b>5</b>
Pessoal e encargos	(1.456)	(1.532)	(5)
Treinamentos, congressos e seminários	(18)	(17)	6
Viagens e estadias	(2)	(8)	(75)
Serviços de terceiros	(722)	(533)	35
Despesas gerais	(1.003)	(936)	7
Tributos	(256)	(267)	(4)
Outras despesas	(121)	(112)	8
<b>2.3. Outras despesas</b>	<b>-</b>	<b>(25)</b>	<b>(100)</b>
<b>3. Constituição/Reversão de contingências administrativas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Reversão de recursos para o plano de benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Resultado negativo dos investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>230</b>	<b>727</b>	<b>(68)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do fundo administrativo (6)</b>	<b>230</b>	<b>727</b>	<b>(68)</b>
<b>8. Operações transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)</b>	<b>7.712</b>	<b>7.482</b>	<b>3</b>



## Atualizações da legislação

Em 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador/supervisor das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), e o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, publicaram importantes Instruções e Resoluções, que visaram disciplinar e alterar alguns procedimentos e obrigações dessas entidades. Um sumário das principais alterações está indicado a seguir:

<b>Instrução Previc n. 5, de 29 maio 2017</b>	Dispõe sobre o enquadramento das entidades fechadas de previdência complementar como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI).
<b>Instrução Previc n. 6, de 29 maio 2017</b>	Estabelece procedimentos para certificação e habilitação de dirigentes das EFPC.
<b>Instrução Previc n. 7, de 29 maio 2017</b>	Dispõe sobre as atividades de fiscalização e monitoramento das entidades fechadas de previdência complementar em funcionamento como ESI.
<b>Instrução Previc n. 9, de 20 junho 2017</b>	Estabelece data para encaminhamento à Previc de demonstrações contábeis, pareceres e manifestações relativas ao encerramento do exercício social.
<b>Instrução Previc n. 10, de 27 setembro 2017</b>	Estabelece prazos para cumprimento das obrigações junto à Previc.
<b>Resolução CMN n. 4.611, de 30 novembro 2017</b>	Altera a Resolução CMN n. 3.792/2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC.
<b>Instrução Previc n. 15, de 8 dezembro 2017</b>	Dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar solidez e estabilidade e a regular funcionamento das EFPC.
<b>Instrução Previc n. 16, de 11 dezembro 2017</b>	Estabelece procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da  
Fundação Promon de Previdência Social | São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Promon de Previdência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Promon de Previdência Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC n. 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Promon de Previdência Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou plano de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018.

### **KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

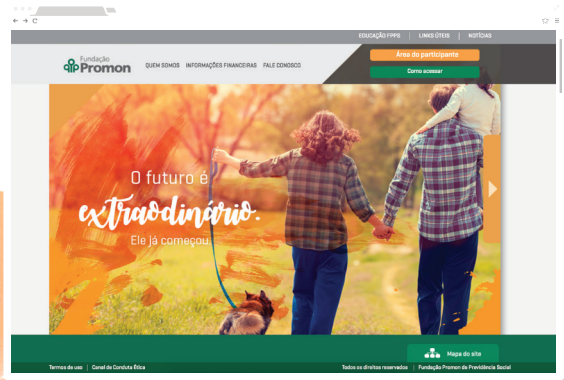
### **Carlos Massao Takauthi**

Contador CRC 1SP206103/O-4

Acompanhe a dinâmica do seu plano de previdência pelo **Portal do Participante**, área restrita do site:



[www.fundacaopromon.com.br](http://www.fundacaopromon.com.br)



- ▶ Simulações
- ▶ Histórico de contribuição
- ▶ Dados de cadastro
- ▶ Rentabilidade
- ▶ Demonstrativo financeiro
- ▶ Beneficiários do plano
- ▶ Saldo da conta
- ▶ Política de investimentos
- ▶ Tabela de tributação
- ▶ E muito mais...

Acompanhe também sua reserva e detalhes do seu plano pelo app **Participante Promon**



Aproveite para conhecer mais sobre a FPPS:

- ▶ A história da entidade
- ▶ Os planos que administra
- ▶ As patrocinadoras
- ▶ Governança corporativa
- ▶ Resumos financeiros dos últimos 5 anos



A FPPS também disponibiliza conteúdos para ajudar você a se **planejar financeiramente**:

[www.educafpps.com.br](http://www.educafpps.com.br)



Leia conteúdos educativos



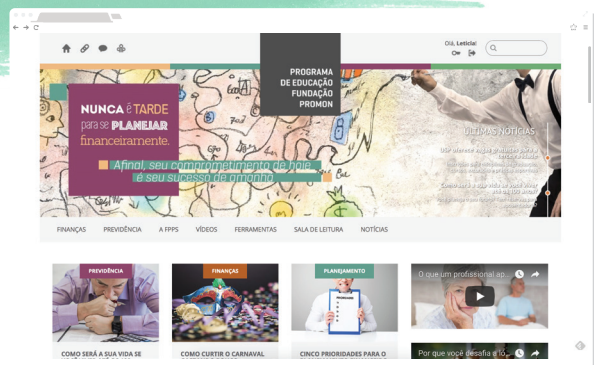
Assista a vídeos de finanças pessoais



Monte sua planilha de orçamento



Participe de cursos online





## Conselho Deliberativo

### **Presidente**

Luiz Fernando Telles Rudge

### **Conselheiros indicados**

João Aparecido Gotardi Albanezi  
Luiz Gonzaga Marinho Brandão  
Márcio Nieblas Zapater

### **Conselheiros eleitos**

Cláudio Pfszter  
Moisés Falco  
Raul Antonio Del Fiol

### **Suplentes**

Eduardo Werneck Vieira Marques  
Ivan Cozaciuc  
Lígia Senise Ferreira Bussad

## Conselho Fiscal

### **Conselheiros indicados**

Fábio Bittencourt R. de Oliveira  
Márcio Emídio Gavioli

### **Conselheira eleita**

Rosana Bretzel

### **Suplente**

Caren Tie Itagaki

## Diretoria Executiva

### **Diretor-presidente**

Milton Lopes Antelo Filho (ARPB)

### **Diretores**

André Natali Schonert (AETQ)\*  
Marcia A. Fernandes Kopelman  
Mário Sérgio de Pina Ribeiro (AETQ)\*

## Comitê de Investimentos

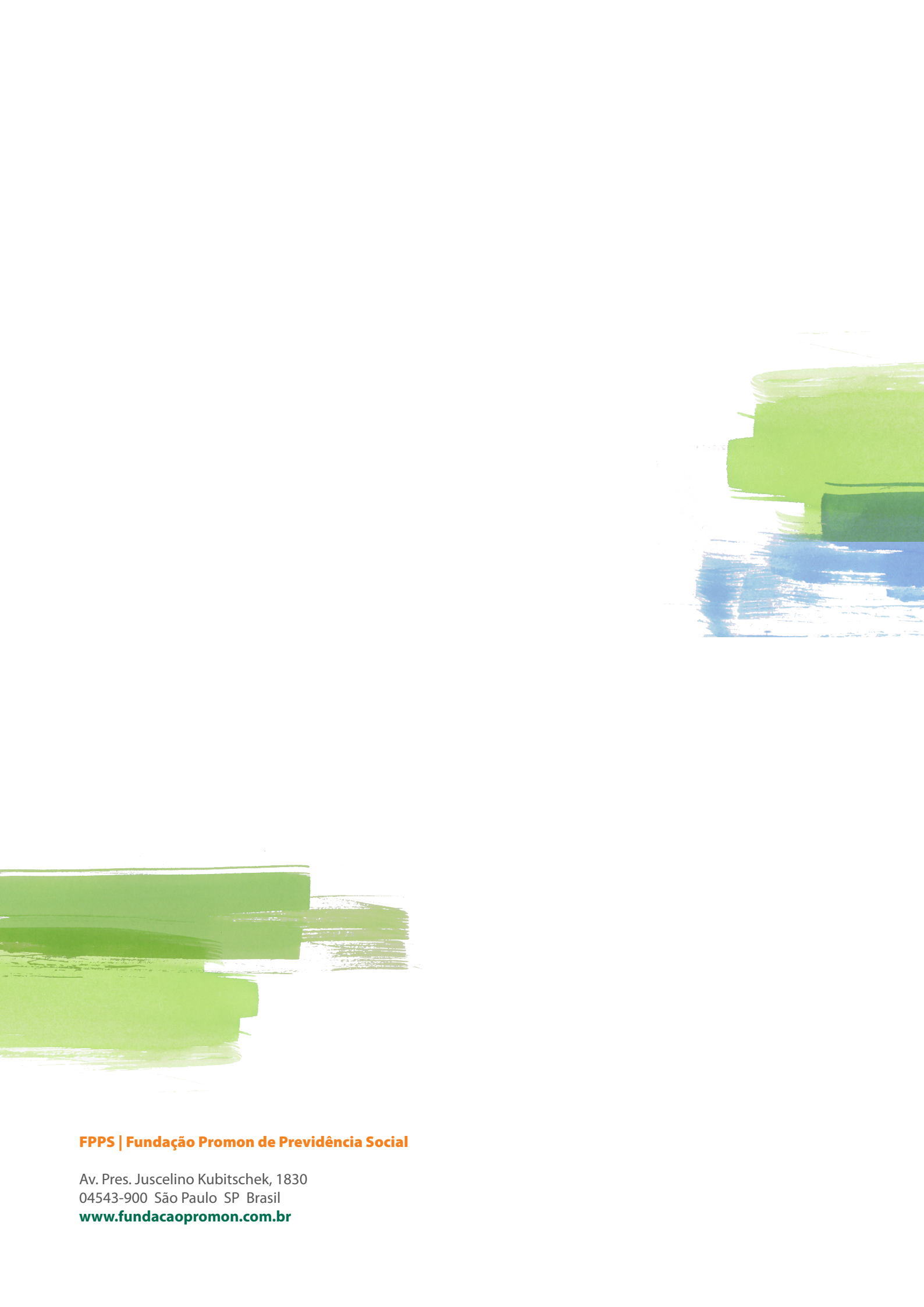
Mário Sérgio de Pina Ribeiro (coordenador)  
André Natali Schonert  
Ivo Godoi Junior  
Luiz Fernando Telles Rudge  
Luiz Gonzaga Marinho Brandão

### **Composição em 31 de dezembro de 2017 (mandato 2016-2019)**

\* A partir de 22 de janeiro de 2018, André Natali Schonert sucedeu Mário Sérgio de Pina Ribeiro na Diretoria e como AETQ da entidade, concluindo um processo programado de sucessão iniciado em 2016.

Secretaria: (11) 5213 4107 | Benefícios (11) 5213 4225 | Empréstimos/Autopatrocínio: (11) 5213 4344

[www.fundacaopromon.com.br](http://www.fundacaopromon.com.br)



**FPPS | Fundação Promon de Previdência Social**

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830  
04543-900 São Paulo SP Brasil  
[www.fundacaopromon.com.br](http://www.fundacaopromon.com.br)